

CPI - Orçamento

Salomão acha que
"comissão pode ir
para o buraco"Genoíno atribui
histeria à descoberta
dos corruptores

533

Proteção a envolvidos ameaça CPI

■ Magalhães denuncia campanha de desestabilização; Passarinho teme ponto crítico e reunião nada decide

BRASÍLIA — Disputas partidárias e corporativismo ameaçam os resultados da CPI do Orçamento, a mais importante desde o *impeachment* de Collor. O relator Roberto Magalhães (PFL-PE) não tem dúvidas de que "há uma nítida campanha para desestabilizar a comissão". O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) e seu vice na presidência da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), resumiram a um só tempo: "Chegamos ao ponto mais crítico". Ontem, integrantes da CPI consumiram quatro horas em tensa discussão interna.

A proximidade da sentença de Magalhães, que concluirá na próxima semana seu relatório parcial, aguçou a crise. "O dia de hoje deve merecer uma reflexão, pois dizem que estamos divididos e partidários", propôs Passarinho na abertura da reunião. A partir daí, deputados e senadores tentaram definir regras universais de procedimento, incluindo as novas convocações.

Mas esbarraram no choque de interesses e não tiveram sucesso.

"Não pode parlamentar andar atrás de relator pedindo coisas. Há que ter mais cerimônia", desabafou Magalhães durante a reunião, num protesto contra as pressões dos curiosos e dos caciques da política que insistem em proteger seus filhos ou liderados. Entre vozes exaltadas e até palavrões, o deputado Fernando Freire (PPR-RN) tentava manter a serenidade.

Desde a divulgação dos documentos da construtora Norberto Odebrecht na semana passada, demonstrando a ligação entre parlamentares e empreiteiras nas negociações de verbas orçamentárias, a CPI não conseguiu avançar em suas investigações. Não foi possível marcar a data do depoimento do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), nem acertar a convocação do líder do PPR, José Luiz Maia (PI).

Acordo — Enquanto o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), fazia gestões junto ao presidente e o relator contra a convocação de seu filho, o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), caía por terra a tentativa de quebra do sigilo bancário da filha do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), deputada Roseana Sarney (PFL-MA).

"Minha posição é a de ouvir todos os citados, mas é óbvio que estão querendo selecionar as pessoas", queixou-se o coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), diante de um acordo multipartidário contra a devassa bancária e fiscal de Roseana.

"Não haveria esta histeria se a CPI não tivesse chegado ao poder econômico, aos corruptores", avançou o petista José Genoíno (PT-SP). Ele está certo de que o episódio Roseana quebrou o clima de confiança na CPI, onde prevalecem as suspeitas de um acordo entre o grupo de Sarney e o PT, já de olho na CPI da CUT. Para Genoíno, a CPI corre o risco de ser esmagada pelo corporativismo.

Preocupado, o líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ), conseguiu a se articular com o PMDB, o PSDB e PT para tentar definir os rumos da comissão. "Eu já conversei com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e nós concluímos que a CPI está perdida, enredada em suas próprias pernas", contou o deputado, convencido de que a decisão de atrelar as subcomissões para o cruzamento de dados está emperrando ainda mais os trabalhos. Na reunião de ontem, Salomão expôs suas apreensões: "Se não houver rápida mudança de posição, a CPI vai para o buraco. Desde a segunda-feira que não se decide nada".



Passarinho (C), cercado por Torgan (E), Genoíno (D) e Luís Alberto: em quatro horas de tensa reunião, a CPI não conseguiu avanços

534